

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.604 - CE (2019/0092615-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : MARIA CILENE VARELO (PRESO)
ADVOGADO : LUIZ RICARDO DE MORAES COSTA - CE028980
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Maria Cilene Varelo** – presa preventivamente pela prática, em tese, dos crimes de tráfico de drogas majorado e receptação –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Ceará, que denegou a ordem ali impetrada, mantendo, em relação à apenada, a negativa em recorrer em liberdade, imposta pelo Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Várzea Alegre/CE (Ação Penal n. 0011285-94.2017.8.06.0181).

Alega a recorrente, em síntese, constrangimento ilegal consistente na negativa em recorrer em liberdade.

Postula, então, o conhecimento e o provimento liminar do recurso, para que possa aguardar em liberdade o trânsito em julgado da ação penal.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, principalmente em se tratando de recurso ordinário.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto o Magistrado singular, ao negar o direito em recorrer em liberdade à recorrente, além de fazer referência aos motivos ensejadores da prisão cautelar, ressaltou que ela *possui estreita ligação com pessoas suspeitas de serem integrantes do Comando Vermelho* (fl. 177), razão pela qual não vislumbro *fumus boni iures* necessário à concessão da tutela de urgência.

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro**-a.

Instruídos os autos, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

